

Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de Março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	31.884	19.602	107.705	60.319	Fornecedores	14	53	5	183.555	199.360
Contas a receber de clientes	8	-	-	30.303	24.108	Provisões	15	-	-	108.606	38.261
Contas a receber de partes relacionadas	9	983	6.159	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	688	445
Dividendos a receber	9	8.496	428	-	-	Passivo de arrendamento mercantil	13	-	-	14	14
Despesas antecipadas		-	-	1.302	542	Financiamentos	16	-	-	84.139	86.708
Adiantamentos a fornecedores		-	-	1.376	788	Obrigações fiscais		10	8	961	667
Tributos e contribuições a compensar		284	121	1.304	1.135	Imposto de renda e contribuição social a pagar		7	-	2.391	2.041
Outros ativos		-	-	628	224						
Total do ativo circulante		41.646	26.311	142.619	87.117	Total do passivo circulante		70	13	380.353	327.494
Despesas antecipadas		-	-	39	474	Provisões	15	-	-	-	34.445
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	12.898	18.040	Financiamentos	16	-	-	701.665	736.281
						Tributos diferidos		-	-	1.876	1.048
Total do realizável de longo prazo		-	-	12.937	18.514	Passivo de arrendamento mercantil	13	-	-	2.299	2.313
Investimentos	11	749.835	750.736	-	-	Total do passivo não circulante		-	-	705.840	774.086
Imobilizado	12	-	-	1.719.953	1.770.823	Capital social		970.666	970.666	970.666	970.666
Ativo de direito de uso	13	-	-	2.095	2.160	Capital social a integralizar		(37.704)	(43.461)	(37.704)	(43.461)
						Prejuízos acumulados		(141.550)	(150.171)	(141.550)	(150.171)
Total do ativo não circulante		749.835	750.736	1.722.048	1.772.983	Total do patrimônio líquido	17	791.411	777.034	791.412	777.034
Total do ativo		791.481	777.047	1.877.604	1.878.615	Total do passivo e patrimônio líquido		791.481	777.047	1.877.604	1.878.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receita líquida de venda de energia	18	-	-	219.294	154.827
Custo da geração de energia	19	-	-	(113.848)	(92.092)
Lucro bruto		-	-	105.446	62.735
Despesas gerais e administrativas	19	(111)	(78)	(6.532)	(3.673)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(40)	(19)	(38)	(277)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(151)	(97)	98.875	58.785
Despesas financeiras	20	(51)	3.984	(89.124)	(95.077)
Receitas financeiras	20	789	388	10.383	3.367
Despesas financeiras líquidas		737	4.372	(78.741)	(91.710)
Resultado de equivalência patrimonial	11	8.072	(44.908)	-	-
Resultado antes dos impostos		8.659	(40.634)	20.135	(32.925)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(38)	(7)	(11.113)	(7.736)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(401)	20
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		8.621	(40.641)	8.621	(40.641)
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0001	(0,0005)	0,0001	(0,0005)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.621	(40.641)	8.621	(40.641)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>8.621</u>	<u>(40.641)</u>	<u>8.621</u>	<u>(40.641)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		618.188	-	-	(109.530)	508.658
Integralização de capital	17.a	352.478	-	(307.226)	-	45.252
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.a	-	-	307.226	-	307.226
Capital social a integralizar	17.a	-	(43.461)	-	-	(43.461)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(40.641)	(40.641)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		970.666	(43.461)	-	(150.171)	777.034
Integralização de capital	17.a	-	5.757	-	-	5.757
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.621	8.621
Saldos em 31 de dezembro de 2022		970.666	(37.704)	-	(141.550)	791.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.621	(40.641)	8.621	(40.641)
Ajustes para:				
Equivalência patrimonial	11	(8.072)	44.908	-
Depreciação	12	-	-	71.046
Juros e variações monetárias	16	-	-	68.673
Juros de arrendamentos		-	-	194
Amortização de custos de transação	16	-	-	1.015
Provisão para ressarcimento	15	-	-	35.900
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	38	7	11.113
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	401
		587	4.275	196.964
				144.919
Variações em:				
Contas a receber de clientes		-	-	(6.196)
Despesas antecipadas		-	-	(324)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(588)
Tributos e contribuições a compensar		(162)	(4)	(168)
Outros ativos		-	-	(404)
Partes relacionadas	9	5.176	(56.669)	-
Fornecedores		48	5	(15.805)
Outras contas a pagar		-	-	243
Obrigações fiscais		(29)	(5.671)	(1.639)
Tributos diferidos		-	-	828
		5.619	(58.065)	172.910
				268.210
Impostos pagos sobre o lucro		-	(10)	(9.232)
		5.619	(58.075)	163.679
				261.559
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		5.619	(58.075)	163.679
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Integralização de capital nas controladas	11	478	(236.588)	-
Dividendos recebidos		428	-	-
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(20.112)
Baixa de imobilizado		-	-	-
		905	(236.588)	(20.112)
				(365.886)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		905	(236.588)	(20.112)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	5.142
Integralização de capital	17.a	5.757	1.791	5.757
Adiantamentos para futuro aumento de capital	17	-	307.226	-
Arrendamentos	13	-	-	(208)
Pagamento de principal sobre financiamentos	16	-	-	(33.886)
Pagamento de juros sobre financiamentos	16	-	-	(72.986)
		5.757	309.017	(96.181)
				88.403
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		12.282	14.354	47.385
				(15.924)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.602	5.248	60.319
				76.243
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		31.884	19.602	107.705
				60.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. (“Complexo Lagoa do Barro” ou “Companhia”), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de agosto de 2014. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”) e tem como objeto social a exploração de atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica bem como comercialização dos créditos derivados da redução de emissões de carbono.

O Grupo está focado no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, como parques eólicos. As companhias controladas diretamente pelo Grupo são:

	Participação acionária %	
	2022	2021
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A.	100%	100%

As controladas da Complexo Lagoa do Barro foram vencedoras dos Leilões promovidos pela ANEEL, com a autorização dos projetos por 35 anos, o que viabilizou os empreendimentos dos 10 parques eólicos localizados na cidade de Lagoa do Barro, no estado do Piauí com as seguintes características:

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Lagoa do Barro I	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	309	03/07/2015	02/07/2050	14,2	15,5	15,5
Lagoa do Barro II	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	310	03/07/2015	02/07/2050	11,3	15,0	15,0
Lagoa do Barro III	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	311	03/07/2015	02/07/2050	13,5	15,3	15,3
Lagoa do Barro IV	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	312	03/07/2015	02/07/2050	12,9	15,1	15,1
Lagoa do Barro V	24	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	313	03/07/2015	02/07/2050	10,3	13,2	13,2
Lagoa do Barro VI	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	314	03/07/2015	02/07/2050	11,9	14,8	14,8
Lagoa do Barro VII	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	315	03/07/2015	02/07/2050	13,8	14,3	14,3
Lagoa do Barro VIII	9	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	316	03/07/2015	02/07/2050	4,5	5,1	5,1
Lagoa do Barro IX	32,2	A-6 2019	AW3000-3MW-HH120m	208	05/05/2020	05/05/2055	3,4	16,7	11,3
Lagoa do Barro X	50,6	A-6 2019	AW3000-3MW-HH120m	207	04/05/2020	05/05/2055	4,0	25,5	13,2

A Complexo Lagoa do Barro possui como acionista e controladora direta, a Atlantic Energias Renováveis S A., e indiretamente, a CGN Brasil Energia e Participações S.A., ambas possuem relevante experiência complementar em diferentes setores, destacando-se: engenharia, infraestrutura e energia renovável, incluindo energia eólica, o que agrega significativo valor no desenvolvimento dos projetos.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Grupo também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do Grupo estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo em 17 de março de 2023. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de financiamentos conforme os prazos divulgados na nota explicativa 16.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo reconheceu um lucro líquido de R\$ 8.621 (prejuízo de R\$ 40.641 em 2021) e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 237.734 (R\$ 240.377 em 2021).

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo CGN Brasil, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, o Grupo conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração do Grupo representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica do Grupo e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** - Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 15** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

Controladas são todas as Companhias investidas nas quais a Companhia está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, ou ainda quando a Companhia possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido nas Companhias investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 15 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

d. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas (“lucro real”)

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre as receitas (“lucro presumido”)

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(iii) Impostos e contribuições sobre o lucro (“lucro real”)

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia enquadrada na tributação do lucro real é: Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

(iv) *Impostos e contribuições sobre o lucro (“lucro presumido”)*

Em 2022 e 2021, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As Companhias enquadradas na tributação do lucro presumido são: Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A.

(v) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas avaliadas pelo Grupo e aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	6%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Aerogeradores	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a CPC 06(R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA e A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

- **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Valor recuperável de ativos (“impairment”)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. Mudança nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	15	4	591	806
Aplicações financeiras (i)	31.869	19.598	107.114	59.513
	31.884	19.602	107.705	60.319

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

- (i) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB e Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB e Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes (consolidado)

	2022	2021
Contas a receber	30.303	24.108
	30.303	24.108

O contas a receber decorre do fornecimento de energia efetuado no mês de dezembro de 2022 recebido em janeiro de 2023.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Controladora

	2022	2021
<i>Ativo circulante</i>		
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A (a)	93	57
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A (a)	93	43
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A (a)	93	43
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A (a)	131	32
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A (a)	82	38
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A (a)	93	43
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A (a)	93	43
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A (a)	31	15
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A (a)	107	2.952
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A (b)	3.456	219
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A (a)	169	2.893
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A (b)	5.040	209
	9.479	6.587

- (a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta.
- (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber.

As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2022 e 2021 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

	2022	2021
Aplicações financeiras vinculadas (a)	12.898	17.080
Aplicações financeiras de longo de prazo (b)	-	960
	12.898	18.040

- (a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 16). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

- (b) O referido título de capitalização foi emitido pelo BNB e é regulamentado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). O pagamento foi realizado em uma única parcela no início da operação e terá resgate de 100% no final do plano.

11 Investimentos (controladora)

11.1 Informações das companhias controladas

	2022				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	232.655	114.818	117.836	23.961	(6.324)
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	186.848	124.351	62.497	21.290	(3.311)
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	191.886	130.702	61.184	19.102	(3.751)
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	187.804	132.239	55.565	19.918	(4.283)
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	166.023	102.950	63.074	20.931	185
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	183.013	127.501	55.512	20.367	(4.208)
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	186.580	128.996	57.585	18.120	(4.139)
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	61.631	41.999	19.631	6.655	(1.868)
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A	165.843	65.245	100.598	27.337	14.551
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A	283.153	126.800	156.353	41.614	21.220
	<u>1.845.436</u>	<u>1.095.601</u>	<u>749.835</u>	<u>219.294</u>	<u>8.072</u>
	2021				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	242.514	118.354	124.160	24.055	(9.408)
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	191.625	125.818	65.808	19.493	(8.130)
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	194.498	129.563	64.935	18.900	(6.909)
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	191.804	131.956	59.848	20.118	(7.212)
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	169.985	107.097	62.888	21.709	(1.520)
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	187.539	127.819	59.720	19.316	(8.106)
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	189.149	127.426	61.724	20.370	(3.819)
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	63.441	41.941	21.500	7.705	(1.849)
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A	161.081	62.439	98.642	1.575	1.044
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A	267.254	135.743	131.511	1.587	1.000
	<u>1.858.891</u>	<u>1.108.155</u>	<u>750.736</u>	<u>154.827</u>	<u>(44.908)</u>

11.2 Participações em companhias controladas

Os investimentos e as respectivas movimentações nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, estão demonstrados abaixo:

	Participação	2022					Saldo final
		Saldo inicial	Integralização capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos*	Equivalência patrimonial	
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	100%	124.160	-	-	-	(6.324)	117.836
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	100%	65.808	-	-	-	(3.311)	62.497
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	100%	64.935	-	-	-	(3.751)	61.184
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	100%	59.848	-	-	-	(4.283)	55.565
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	100%	62.888	-	-	-	185	63.074
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	100%	59.720	-	-	-	(4.208)	55.512
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	100%	61.724	-	-	-	(4.139)	57.585
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	100%	21.500	-	-	-	(1.868)	19.631
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A	100%	98.642	-	(9.140)	(3.456)	14.551	100.598
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A	100%	131.511	8.662	-	(5.040)	21.220	156.353
		<u>750.736</u>	<u>8.662</u>	<u>(9.140)</u>	<u>(8.496)</u>	<u>8.072</u>	<u>749.835</u>

Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022 e 2021*

	Participação	2021					Saldo final
		Saldo inicial	Integralização capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos*	Equivalência patrimonial	
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	100%	120.443	13.124	-	-	(9.408)	124.160
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	100%	66.731	7.207	-	-	(8.130)	65.808
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	100%	62.695	9.149	-	-	(6.909)	64.935
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	100%	58.411	8.649	-	-	(7.212)	59.848
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	100%	56.992	7.417	-	-	(1.520)	62.888
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	100%	57.338	10.487	-	-	(8.106)	59.720
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	100%	59.384	6.160	-	-	(3.819)	61.724
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	100%	19.982	3.367	-	-	(1.849)	21.500
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A	100%	21.690	66.987	9.140	(219)	1.044	98.642
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A	100%	35.818	94.903	-	(209)	1.000	131.511
		<u>559.484</u>	<u>227.450</u>	<u>9.140</u>	<u>(428)</u>	<u>(44.409)</u>	<u>750.736</u>

(*) Os dividendos recebidos são apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades de investimento em função dos retornos sobre estes investimentos.

12 Imobilizado (consolidado)

O saldo do imobilizado está composto pelos seguintes valores:

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2022			2021
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e utensílios	6%	44	(6)	38	40
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	78.181	(8.117)	70.044	69.765
Aerogeradores	4%	1.522.553	(153.986)	1.368.567	980.088
Sistemas de transmissão e conexão	4%	349.387	(68.746)	280.642	296.137
Equipamentos de informática	20%	293	(21)	272	57
Peças de manutenção		127	-	127	127
Imobilizado em andamento		264	-	264	424.609
		<u>1.950.829</u>	<u>(230.876)</u>	<u>1.719.953</u>	<u>1.770.823</u>

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2022				
	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2022
Móveis e utensílios	44	-	-	-	44
Edificações, obras civis e benfeitorias	75.651	-	-	2.510	78.161
Aerogeradores	1.083.869	5.332	-	433.351	1.522.553
Sistemas de transmissão e conexão	346.349	315	-	2.724	349.387
Equipamentos de informática	69	224	-	-	293
Peças de manutenção	127	-	-	-	127
Imobilizado em andamento	424.609	14.240	-	(438.586)	264
	<u>1.930.718</u>	<u>20.111</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.950.829</u>

	Movimentação em 2021				Saldo em 2021
	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	12	32	-	-	44
Edificações, obras civis e benfeitorias	75.651	-	-	-	75.651
Aerogeradores	1.083.838	32	-	-	1.083.869
Sistemas de transmissão e conexão	346.349	-	-	-	346.349
Equipamentos de informática	69	-	-	-	69
Peças de manutenção	123	68	(64)	-	127
Imobilizado em andamento	58.794	365.816	-	-	424.609
	1.564.835	365.948	(64)	-	1.930.718

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2022				Saldo em 2022
	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	(4)	(2)	-	-	(6)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(5.886)	(2.231)	-	-	(8.117)
Aerogeradores	(103.781)	(50.205)	-	-	(153.986)
Sistemas de transmissão e conexão	(50.212)	(18.534)	-	-	(68.746)
Equipamentos de informática	(12)	(9)	-	-	(21)
	(159.895)	(70.981)	-	-	(230.876)

	Movimentação em 2021				Saldo em 2021
	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	(2)	(2)	-	-	(4)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(3.725)	(2.161)	-	-	(5.886)
Aerogeradores	(65.672)	(38.109)	-	-	(103.781)
Sistemas de transmissão e conexão	(31.773)	(18.439)	-	-	(50.212)
Equipamentos de informática	(5)	(7)	-	-	(12)
	(101.177)	(58.719)	-	-	(159.895)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 8,95% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC).

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

13 Arrendamentos

Os saldos relacionados aos arrendamentos do Grupo em 31 de dezembro de 2022 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 2021	Amortização	Saldo em 2022
Terras e terrenos	9%	2.160	(65)	2.095
		<u>2.160</u>	<u>(65)</u>	<u>2.095</u>

Passivo de arrendamento

	Saldo em 2021	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2022
Terras e terrenos	2.327	(208)	194	2.313
	<u>2.327</u>	<u>(208)</u>	<u>194</u>	<u>2.313</u>

14 Fornecedores

Os saldos de fornecedores se referem a compra de máquinas e serviços para a formação do imobilizado da Companhia.

	2022	2021
Fornecedores nacionais	13.533	23.097
Fornecedores estrangeiros	<u>170.022</u>	<u>176.263</u>
	<u>183.555</u>	<u>199.360</u>

15 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (“constrained-off”), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal à CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Geração x		Resultados
Cenários	Montante Contratado	
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP),
4	Acima de 130%	nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida (“constrained-off”) em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de “constrained-off” de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício.

A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.348
Constituição	32.357
Saldo em 31 de dezembro de 2021	72.706
Constituição	35.900
Saldo em 31 de dezembro de 2022	108.606
	2022
	2021
Provisão para ressarcimento curto prazo	108.606
Provisão para ressarcimento longo prazo	-
	<u>34.445</u>
	<u>108.606</u>
	<u>72.706</u>

Estes montantes e transações não afetam o caixa e conseqüentemente as demonstrações do fluxo de caixa no exercício em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, “são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras do Grupo”; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura do Grupo e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

Suportada pelos advogados que assessoram o Grupo, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R\$ 71 em 2022 (RS 6.349 em 2021).

16 Financiamentos (consolidado)

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2022	2021
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A.	BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	80.851	84.427
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A.	BNB (b)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	26.639	28.661
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A.	BNB (c)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	81.682	85.122
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A.	BNB (d)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	28.062	29.689
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A.	BNB (e)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	82.470	86.144
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A.	BNB (f)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	27.909	29.814
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A.	BNB (g)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	84.407	87.861
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A.	BNB (h)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	28.379	30.312
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A.	BNB (i)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	73.713	76.877
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A.	BNB (j)	IPCA + 2,60%	15/07/2037	24.943	26.663
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A.	BNB (k)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	82.638	86.191
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A.	BNB (l)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	29.275	30.646
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A.	BNB (m)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	83.207	86.591
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A.	BNB (n)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	29.032	30.669
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A.	BNB (o)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	27.556	28.735
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A.	BNB (p)	IPCA + 2,40%	15/05/2037	9.572	10.133
	Custos com captação			(14.531)	(15.545)
				785.804	822.989
Passivo circulante				84.139	86.708
Passivo não circulante				701.665	736.281

- (a) Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.138, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (b) Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 31.581, com vencimento final para maio de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (c) Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.556, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (d) Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A: Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 31.785, com vencimento final para junho de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (e) Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.023, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (f) Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A: Em 23 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.174, com vencimento final para junho de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (g) Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 102.664, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (h) Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.738, com vencimento final para maio de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (i) Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 89.893, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (j) Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A: Em 20 de agosto de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 28.704, com vencimento final para julho de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (k) Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.502, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (l) Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A: Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.232, com vencimento final para junho de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (m) Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 101.743, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (n) Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.204, com vencimento final para maio de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (o) Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 34.289, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (p) Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A: Em 12 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 10.760, com vencimento final para maio de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

O Grupo mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2023	-	84.139
2024 a 2026	-	115.643
2027 a 2029	-	135.872
2030 a 2032	-	159.817
2033 a 2035	-	189.723
2036 a 2038	-	100.610
Total	-	785.804

16.1 Movimentação (consolidado)

	2022	2021
Saldo inicial	822.989	948.929
Pagamento de juros	(72.986)	(85.936)
Pagamento de principal	(33.886)	(126.573)
Despesas com juros	68.673	85.555
Custos de captação amortizados	1.015	1.014
Saldo final	<u>785.804</u>	<u>822.989</u>

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

16.2 Covenants

O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

16.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB

O Grupo possui covenants financeiros em contrato junto ao BNB, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,30, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

16.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 970.666 dividido em 83.810.878.377 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	2022	2021
Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Atlantic")	<u>970.666</u>	<u>970.666</u>

Em 01 de outubro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 352.478, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Aumento de capital social	2022	2021
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	307.226
Integralização de capital	-	45.252
Aporte de capital	5.757	1.791

Controladora e controlador final

As ações da Companhia são 100% controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. (“Grupo CGN Brasil”).

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

18 Receita líquida de venda de energia (consolidado)

	2022	2021
Receita bruta venda de energia	264.920	194.167
Ressarcimento de energia ⁽¹⁾	(35.900)	(32.357)
(-) PIS e COFINS	(9.726)	(6.983)
	219.294	154.827
	219.294	154.827

⁽¹⁾ Vide nota explicativa 15(i).

19 Gastos por natureza (consolidado)

	2022	2021
Custo de geração de energia	(113.848)	(92.092)
Despesas gerais e administrativas	(6.532)	(3.673)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(38)</u>	<u>(277)</u>
	<u>(120.419)</u>	<u>(96.042)</u>
Encargos de transmissão e conexão	(15.004)	(9.225)
Compra de energia	(3.664)	(6.235)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(2.553)	(4.055)
Despesa com pessoal	(5.656)	(3.631)
Serviços de terceiros	(4.389)	(2.195)
Depreciação	(71.046)	(58.914)
Arrendamento	(3.485)	(2.669)
Manutenção	(10.120)	(6.495)
Aluguel	(501)	(213)
Materiais	(128)	(141)
Outras despesas administrativas	(3.493)	(1.803)
Viagens e estadias	(170)	(114)
Penalidade por insuficiência de lastro	(39)	-
Outros	<u>(171)</u>	<u>(352)</u>
	<u>(120.419)</u>	<u>(96.042)</u>

20 Resultado financeiro (consolidado)

	2022	2021
Despesas bancárias	(526)	(457)
IOF	(35)	2.358
Juros de financiamentos	(68.673)	(85.555)
Amortização do custo de captação	(1.014)	(1.014)
Juros e multas de mora	(8)	1.348
Custo da estruturação da dívida	(10.604)	(11.752)
Outras despesas financeiras	<u>(8.263)</u>	<u>(5)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(89.124)</u>	<u>(95.077)</u>
Juros recebidos	6	40
Receita de aplicação financeira	9.160	3.326
Outras receitas financeiras	<u>1.218</u>	<u>-</u>
Total das receitas financeiras	<u>10.383</u>	<u>3.367</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(78.741)</u>	<u>(91.710)</u>

21 Imposto de renda e contribuição social (consolidado)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2022	2021
Receitas com vendas de energia	254.797	191.120
Outras receitas	9.978	3.438
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	30.413	18.727
Base de cálculo CSLL 12% (*)	40.597	26.372
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	8.274	5.183
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	2.801	1.681
Imposto de renda e contribuição social	11.075	6.863
<i>Taxa efetiva</i>	<i>15,60%</i>	<i>15,22%</i>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	401	(20)

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

Regime de tributação pelo lucro real

	2022	2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL	8.659	2.909
(+) Adições	-	7
(-) Exclusões	(8.397)	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	(79)	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	183	2.916
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	38	628
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	-	244
Imposto de renda e contribuição social	38	872
<i>Taxa efetiva</i>	<i>20,95%</i>	<i>29,89%</i>

22 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração do Grupo.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	Consolidado			
	2022		2021	
	Valor contábil Custo amortizado (*)	Valor justo Nível 2	Valor contábil Custo amortizado (*)	Valor justo Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	591	-	806	-
Aplicações financeiras	-	107.114	-	59.513
Contas a receber de clientes	30.303	-	24.108	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	12.898	-	18.040
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	183.555	-	199.360	-
Financiamentos (nota 16)	84.139	-	86.708	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 16)	701.665	-	736.281	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

- **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

23 Gerenciamento integrado de riscos (consolidado)

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios do Grupo e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos do Grupo.

Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, o Grupo realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo:

	<u>Valor contábil</u>	
	2022	2021
Aplicações financeiras	107.114	59.513
Aplicações financeiras vinculadas	12.898	18.040
Contas a receber de clientes	30.303	24.108

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco do Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, o Grupo monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:

	<u>Valor contábil</u>	
	2022	2021
Financiamentos	785.804	822.989
Fornecedores	183.555	199.360

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2022	2021
Ativo		
Aplicações financeiras	107.114	59.513
Aplicações financeiras vinculadas	12.898	18.040
	120.012	77.553
Passivo		
Financiamentos	785.804	822.989

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado do Grupo advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	120.012	Redução do CDI (*)	12.286	8.191
Financiamentos	203.811	Aumento do IPCA (**)	14.318	17.181

(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.

(**) Os índices de IPCA considerados foram de 5,62% a.a.

Em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	77.553	Redução do CDI (*)	5.322	3.548
Financiamentos	216.587	Aumento do IPCA (**)	15.296	18.356

(*) Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a.

(**) Os índices de IPCA considerados foram de 5,65% a.a.

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador CRC PR – 077115/O-1